

## **Estratégias de reprodução educativa em Santa Bárbara e Vila Nova**

*Ângela Lisboa*

---

### **Resumo:**

Observei, em pesquisa efectuada no âmbito das minhas Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, que em Santa Bárbara e Vila Nova (duas freguesias rurais da ilha Terceira) que o nível de escolaridade era baixo. Sabia, que antigamente, em meio rural, por razões que se prendiam com a própria racionalidade camponesa, o ensino formal era bastante desvalorizado. Essa seria uma das razões que poderia explicar o desinteresse, o abandono e os baixos níveis de escolaridade (sobretudo entre os indivíduos mais idosos) observados nestas duas freguesias rurais.

Hoje e apesar de se observarem algumas mudanças, que se traduzem, por exemplo, numa tendência para um número crescente de jovens prosseguirem os estudos, constatamos que ainda é elevado o número de pais que não utiliza a escola como estratégia de mobilidade social ascendente para os filhos

Estava a pensar realizar Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, a apresentar na Universidade dos Açores. Considerei de toda a pertinência, estudar as mudanças ocorridas ao nível dos sistemas familiares em meio rural e muito particularmente os de Santa Bárbara e Vila Nova, duas freguesias rurais situadas na ilha Terceira (Açores).

Sabia que em todos os países industrializados, ou em vias de industrialização, os espaços rurais tendem a integrar-se cada vez mais na sociedade global. Portanto, seria pertinente perguntar se nestas duas freguesias rurais, o processo de industrialização e a sociedade de massas teriam destruído a sua antiga ordem rural e a sua estrutura social. Como resposta, não podia ignorar que Santa Bárbara e Vila Nova constituem um sistema social detentor de uma estrutura e mecanismos de funcionamento próprios. Deste modo, era de supor que apesar das influências exógenas, Santa Bárbara e Vila Nova constituíam um meio social dotado de uma determinada autonomia relativa e que as famílias aí residentes, possuíam uma racionalidade própria e estavam aptas a desenvolver determinadas estratégias de acção que lhes permitiam preservar a sua existência enquanto grupos sociais.

Tendo em conta o que foi dito e de acordo com o nosso objecto de investigação e hipóteses teóricas, decidimos utilizar o inquérito por questionário e histórias de vida. Aplicámos o inquérito por questionário a 286 agregados domésticos em Santa Bárbara e a 327 agregados domésticos em Vila Nova. Este inquérito tinha por objectivo central caracterizar os agregados domésticos e as explorações agrícolas destas duas freguesias. No entanto, estávamos conscientes das limitações do inquérito por questionário que nos impedia, por exemplo, fazer uma análise intensiva das unidades observadas e de obter uma informação mais rica e detalhada. Portanto, julgámos que o uso de histórias de vida nos ajudaria a encontrar outro tipo de respostas para as nossas interrogações.

Nesta comunicação e tendo em conta a extensão do trabalho realizado, procurarei dar conta de algumas conclusões a que cheguei a nível das estratégias educativas

No arquipélago dos Açores, o nível médio de escolarização é baixo. Segundo dados recolhidos na Secretaria Regional de Estatística dos Açores (SREA), por exemplo, na década de 80, havia 56.5% de alunos (114 919) a concluir o Ensino Básico Primário, enquanto que na década de 90 (com números conhecidos até ao ano lectivo de 1996/97), esse número decresceu para 40.1%

(74 973), situação que pode ser explicada em função da baixa de natalidade, verificada um pouco por todo o lado e que se repercute, naturalmente, nos efectivos escolares. Os indivíduos que concluíram o Ensino Básico Preparatório, nos períodos em análise, não ultrapassam nas duas décadas os 14.7% (na década de 80, representam 29 971 e de 1990 a 1996, não são mais que 27 456). Os números decrescem à medida que o nível de instrução vai sendo mais elevado. Assim e na década de 80, apenas 1.7% (3548) de alunos concluiu o 12<sup>a</sup> ano, se bem que entre 1990 e 1996, esse número tenha aumentado, significativamente, cifrando-se nos 5% (9322). Por fim, estima-se que apenas 0.4% (806) de açorianos tenha obtido um diploma de estudos superiores na década de 80, contra os 0.9% (1680) observados entre 1990 e 1996.

Em Santa Bárbara e Vila Nova, freguesias rurais, por nós analisadas entre 1994 e 1995, verificámos um comportamento um pouco semelhante ao que se passa no arquipélago açoriano. Assim e se analisarmos o agregado doméstico e retivermos, por ora, os elementos mais idosos, constatamos que o seu comportamento face à escola se traduz por níveis de escolaridade baixos. O analfabetismo é elevado e representa 20.3% e 20.6% para os homens, respectivamente em Santa Bárbara e Vila Nova e 18.3% e 19.7% para as mulheres nestas duas freguesias. Predomina o Ensino Básico Primário, com 61.1% para os homens das duas freguesias e 53.8% e 52.8% para as mulheres. Em contrapartida e no que respeita à conclusão do 12<sup>o</sup> ano ou frequência de um curso superior, é de salientar que os números são muito baixos em Santa Bárbara e Vila Nova (0.8% para os homens e 0.7% para as mulheres, na primeira freguesia, e 0.7% para os homens e 0.6% para as mulheres na segunda freguesia), enquanto que o número de licenciados é muito reduzido ou nulo (com 1.0% apenas para os homens de Santa Bárbara e nulo para os dois sexos na Vila Nova).

Como factores explicativos do analfabetismo, no passado, alguns autores apontam as características ideológicas e políticas do Salazarismo e do Estado Novo que contribuíam para afastar as crianças da escola. Contudo, Maria Filomena Mónica, entre outros, acrescenta um dado novo ao problema. A autora sublinha que certas classes e fracções de classe, nomeadamente o campesinato, rejeitam, elas próprias, a escola e os títulos escolares.

Antigamente, no meio rural, por razões que se prendiam com a própria racionalidade camponesa, que obrigava as crianças a participarem no trabalho agrícola, o ensino formal era bastante desvalorizado. Essa seria uma das razões que explicam o desinteresse, o abandono e os baixos níveis de escolaridade observados nesses meios, nomeadamente em Santa Bárbara e Vila Nova.

Apurámos no nosso trabalho que os chefes dos agregados domésticos têm em geral, um nível de escolaridade muito baixo, o que pode ser explicado, em parte, pela idade e pela profissão que desempenham (agricultores e profissões pouco qualificadas). Em contrapartida, são as fracções de classe mais elevadas e detentoras de um elevado (por exemplo, um professor e director de Museu) capital cultural, as que possuem níveis de escolaridade mais elevados.

Segundo dados recolhidos nas entrevistas, os chefes do agregado doméstico justificam os seus fracos níveis de instrução, pelas dificuldades que experimentaram em criança (que os obrigou a ajudar na agricultura ou a trabalhar noutro sector de actividade), falta de incentivo dos pais, desinteresse nos estudos, desejo de terem uma profissão (especialmente na agricultura), sentimento de incapacidade face à escola e a não obrigatoriedade de a frequentar.

Um grupo de entrevistados (agricultores e empregados não qualificados), recusa a ideia ou não lhe parece muito visível a necessidade de ter prosseguido os estudos para desfrutar de uma situação sócio-económica mais favorável. Há, no entanto, entrevistados que lamentam não ter continuado a estudar, porque se o tivessem feito, a sua vida seria diferente, não só em questões triviais (por exemplo, tirar a carta de condução), como na possibilidade de encontrarem um bom emprego, melhor remunerado e até fugirem da agricultura e da emigração.

Os técnicos qualificados tiveram um percurso escolar diversificado. Apenas um desses entrevistados diz ter estudado, porque a sua situação social assim o permitia. Os outros dois técnicos qualificados provinham de estratos sociais mais baixos (pequenos agricultores), e estudaram, porque foram incentivados pelos notáveis da freguesia, casos do padre e da professora primária.

A posição dos entrevistados face à escola, pode ser justificada em parte, pelo facto de o valor social atribuído à formação escolar depender “das vantagens esperadas, tanto da própria formação como das saídas profissionais que oferece” (Pernoud, 1978:136). Sabemos, porém, que a Terceira e especialmente Santa Bárbara (já que Vila Nova sofreu a influência da proximidade da Base das Lajes), foi até há bem pouco tempo, uma colectividade, relativamente fechada, a viver quase, em exclusivo, da actividade agrícola. Portanto, nesta freguesia e provavelmente, também em Vila Nova, o domínio das técnicas de amanho da terra foi aprendida no interior do grupo doméstico, o que dispensava a frequência ou uma permanência longe na escola. Além disso, a maior parte das pessoas nestas duas freguesias não adoptara como estratégia de vida, a reconversão profissional, nem pensara ascender socialmente através dos títulos escolares. Os próprios indivíduos que trabalhavam na Base das Lajes não sentiram a necessidade de obter níveis elevados de escolaridade, até porque grande parte dos empregos postos à sua disposição a isso não obrigavam. Neste sentido, é justificada a desmobilização destas pessoas em relação à escola.

Até há bem pouco tempo, nas zonas rurais, a aprendizagem e a transmissão de conhecimentos era realizada pela família. O modelo de educação tradicional pressupunha que os pais transmitiam ao filho o modo de funcionamento de um determinado sistema técnico de trabalho no campo, para que este um dia o pudesse pôr igualmente em prática. Por outro lado, este modelo educativa obrigava a uma atitude de submissão e respeito, porque “o acesso à categoria de homem que produz a sua própria vida como trabalhador, a sua própria realidade, é-lhe transmitida pelo pai” (Diaz, 1972: 87).

A escola pôs em causa este tipo de saber, eminentemente prático e utilitário, e questionou o poder no interior do próprio grupo doméstico. O novo modelo de educação potencia uma certa tensão de relações dentro do grupo doméstico. Esta tensão explica-se, nomeadamente, porque os pais se vêem impossibilitados de fixar os filhos à terra como desejariam e porque vêem crescer a margem de autonomia destes últimos, o que em última instância lhes vai permitir decidir mais livremente sobre o seu futuro.

Não surpreende, então, que muitos agricultores rejeitem a escola, e impeçam os filhos de prosseguir os estudos, porque sentem que esta representa uma ameaça para a reprodução das famílias e para a preservação do seu ser social. No fundo, terá sido o desenvolvimento das relações de produção capitalista e a sua penetração na esfera da economia camponesa, que possibilitou o prolongamento da escolaridade em meio rural. Deste modo, espera-se que, hoje, os jovens frequentem a escola durante mais tempo e atinjam níveis de escolaridade superiores ao dos pais.

Madureira Pinto afirma que a lógica económica do desenvolvimento capitalista gera transformações decisivas nos sistemas de disposições de algumas classes e fracções de classes nos campos, o que altera a sua tradicional relação com a escola.

Deste modo, não surpreende que em Santa Bárbara e em Vila Nova, respectivamente, 52.8% e 53.5% dos filhos dos inquiridos sejam estudantes.

Apesar de tudo, observámos ainda que em Santa Bárbara e Vila Nova, uma percentagem elevada de filhos dos inquiridos tem um nível nulo ou muito baixo de escolaridade, o que pode ser explicado, neste caso, pela sua idade já avançada. A este nível, podemos referir que os filhos analfabetos representam 8.5% em Santa Bárbara e 7.0% na Vila Nova. Nestas duas freguesias, predomina o Ensino Básico Preparatório, respectivamente com 45.4% e 37.8%. Quanto aos indivíduos detentores de um diploma do 12º ano, não excedem os 3.9% em Santa

Bárbara e 5.2% em Vila Nova. Por fim, deparámo-nos com um número muito reduzido ou nulo de pessoas detentoras de níveis universitário nestas duas freguesias (0.4% em Santa Bárbara e inexistentes na Vila Nova).

Os inquéritos que realizámos não dão informação tendente a determinar as classes e fracções de classe de origem dos estudantes, nem nos é possível prever o grau de escolaridade que os jovens destas freguesias vão atingir. No entanto, supomos que um número significativo de pais está ligado ao sector agrícola e possui expectativas de

mobilidade social ascendente, baseadas na aquisição de um capital escolar, pelo que tem incentivado os filhos a prosseguirem os estudos.

Se se verificar esta hipótese, confirma-se a tendência para a desintegração dos sistemas de referências práticas e simbólicas nas colectividades rurais, o que irá reforçar no “plano simbólico, a subordinação do espaço rural à lógica global de desenvolvimento das relações capitalistas” (Pinto, 1985: 177).

Se bem que a tendência geral, em Santa Bárbara e Vila Nova, pareça ser a dos jovens prosseguirem os estudos, constatámos que ainda é significativo o número de entrevistados que não utiliza a escola como estratégia de mobilidade social ascendente

para os filhos. Os entrevistados, sobretudo, os mais idosos, revelaram que os filhos não tinham continuado a estudar porque não era obrigatório fazê-lo. Outros não manifestaram grande interesse neste assunto, deixando ao critério dos filhos, frequentarem ou não a escola. Portanto e tendo em conta as medidas políticas tomadas em relação ao ensino, poder-se-á pensar que para estas famílias, ir à escola tem apenas um sentido “legal”, ou seja, cumprir o que o Governo estipula.

Para estes agricultores, a estratégia mais adequada para garantir o futuro aos filhos reside no esforço e no trabalho de toda uma vida, o que lhes permite amealhar, para mais tarde transmitirem uma herança significativa. Mais heterogéneo socialmente, é o grupo que tem investido na escola o futuro dos filhos. Neste grupo, encontramos pessoas detentoras de um diploma do ensino médio ou superior, mas também indivíduos que, a priori, pela sua formação escolar e situação sócio-profissional (trabalhadores pouco qualificados, um operário agrícola e um agricultor) pouca motivação teriam para desenvolver estratégias de natureza educativa. Estas pessoas investem na escola, porque, como se referiu, acreditam ser este o meio mais adequado para os filhos ascenderem socialmente.

## BIBLIOGRAFIA

- BALANDIER, G.(org.) (1970), *Sociologie des mutations*, Paris, Anthropos  
 Id. (1986) *Sens et puissance. Les dynamiques sociales*, Paris, P.U.F. (1ª ed. 1971)
- BAREL, Y. (1973), *La reproduction sociale*, Paris, Anthropos
- BARTHEZ, A.(1982), *Famille, travail et agriculture*, Paris, Economica
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction. Critique social du jugement*, Paris, Éditions du Minuit  
 Id. (1989 c), “La reproduction interdite”, *in Études Rurales*, nº 113-114, Janeiro-Junho
- CHAMPAGNE, P. (1986), “La reproduction de l’identité”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº65  
 Id. (1987), “Capital culturel et patrimoine économique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* nº69

DEVILLARD, M.J. (1989), "Parentesco e estrategias de reproducción social", *Agricultura y Sociedad*, nº52, Julho-Setembro

DIAZ, V. P. (1972), *Estructura social del campo y exodo rural*, Madrid, Editorial Tecnos

EIZNER, N. & Bertrand, H. (1979), *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*, Paris, L'Harmattan

ITURRA, R. (1990 a), *Fugirás à escola para trabalhar a terra. Ensaio de Antropologia social sobre o insucesso escolar*, Lisboa, Escher

Id. (1990 b), *A construção social do insucesso escolar. Memória e aprendizagem em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher

MENDRAS, H.& Forsé, M. (1985), *Le changement social*, Paris, Armand Colin

MÓNICA, M.F. (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais